2 3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29 30

31

32 33

34

35

36

37

38 39

40

41

42

43

44

45

ATA ORDINÁRIA Nº 2858/2020

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental - CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente). Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais - SMRI. CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Riograndense dos Escritórios de Arguitetura - ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul - CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul -SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil - SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois - RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três - RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro - RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro - RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete - RGP. 7: Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito - RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental - OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação das atas 2846 e 2847; 3. Comunicação; 4. Ordem do Dia; 5. Criação da Comissão. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:

47

48

49 50

51

52

53 54

55

56 57

58 59

60

61

62

63

64

65

66

67 68

69

70

71

72 73

74

75

76 77

78

79

80

81

82 83

84

85

86

87 88

89 90

91

92

Temos quorum, declaramos oficialmente aberta a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, de 13 de outubro de 2020. Eu só antes de iniciar os trabalhos, como ou a gente está nesta primeira agenda de hoje ao vivo, transmitindo no canal da SMAMS pelo YouTube, eu gostaria de compartilhar aqui, rapidamente, uma apresentação explicativa um pouco dos procedimentos, para quem está nos assistindo ou vai nos assistir no momento posterior, para entender um pouco a dinâmica do trabalho. A apresentação já foi feita aqui para os Senhores Conselheiros. É para que todos tenham essa compreensão de como funciona o processo, alguns lembretes gerais. Depois abro para o período de Comunicação. (Apresentação da dinâmica do regimento interno e composição). Então, é um pouco isso, quis só demonstrar, como fica gravado e se alguém quiser entender um pouquinho mais do procedimento do Conselho, como nós estamos no dia a dia conhecemos bem os procedimentos, mas talvez o público externo que não tenha essa familiaridade com os processos, por isso a gente quis compartilhar para entender os procedimentos e todo mundo ficar com mais clareza dos processos. Então, Senhores Conselheiros, consulto se temos inscrito para o período de Comunicação. Temos uma entidade externa, da RGP 8, a Michele. Temos inscrito o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Hermes e Conselheiro Paulo Jorge, e Conselheiro Emílio, que foi o primeiro inscrito. Nesse sentido, disponibilizo para a entidade externa. Estamos tentando achar a Michele. Estamos com um pouquinho de dificuldade aqui, tudo ao mesmo tempo, não estamos conseguindo liberar aqui a Michele. A gente está insistindo. Então, vamos passar para os conselheiros inscritos para o período de Comunicação. Conselheiro Emílio primeiro inscrito, na sequência a gente tenta de novo. Conselheiro Emílio com a palavra. O Senhor tem 3 minutos. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul - CAU/RS: Boa noite a todos e a todas. Boa noite, Secretário! Tenho duas comunicações bem rapidinhas. A primeira comunicação é a respeito de uma data muito importante para todos nós arquitetos, que este dia, quinta-feira, 15 de outubro, se celebra as eleições do CAU, com mais de 6 mil arquitetos inscritos no registro eleitoral, que pretende eleger uma nova gestão para o período 2021/2023. E esperamos que todos os colegas representantes neste momento no CMDUA, que são arquitetos, por favor, possam divulgar esta data. O voto é obrigatório, pois esperamos ter um voto maciço, digamos, que (Inaudível) esses arquitetos inscritos em nossa categoria. A segunda comunicação é basicamente poder saber sobre as informações da criação da comissão do CMDUA, de avaliação de impacto. Tive a oportunidade de falar com a Conselheira Patrícia através desse projeto que vocês criaram. Estou esperando a resposta ou manifestação de forma oficial por patê deste Conselho para continuar com a estruturação dessa comissão, que tem essa missão de poder determinar em um curto período de tempo essa metodologia para os fins deste Conselho. Muito obrigado, Secretário. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Boa noite a todos e a todas, aqueles que nos assistem. Secretário, algumas pessoas estão tendo dificuldade para acessar no YouTube. Então, poderia ver o que está acontecendo. E uma questão, na apresentação que o senhor fez poderia ser também falado um pouco das regiões de planejamento, é onde a comunidade participa deste processo e elege seus conselheiros regionais. Então, é importante que a gente também mencione as regiões e planejamento e faça uma divulgação. Nós devemos estar nos preparando para eleger o novo Conselho, porque o nosso mandato está no fim, finaliza em dezembro. Então, eu acho que isso tem que ser um assunto que tem que ser pautado para a gente tirar a comissão eleitoral para preparar as

94

95

96 97

98

99

100101

102

103104

105

106107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121122

123

124

125

126127

128

129

130

131 132

133

134

135

136

137

138

139

eleições para o Biênio 2021/2022. Essa é a primeira manifestação. A segunda manifestação é saber como é que está o processo do Internacional, tendo em vista que há uma audiência pública, foi veiculada uma notícia no fim da semana passada, que haverá uma audiência sobre as questões das duas torres na área doada pelo Município ao Internacional. Então, é importante que a gente saiba como está esse processo e qual foi o parecer da PGM, que até agora não voltou. A terceira questão, Secretário, também terá uma audiência sobre o licenciamento ambiental, também foi um decreto que não passou pela discussão deste Conselho. Então, fomos surpreendidos pela pauta da Câmara de Vereadores, a sociedade é surpreendida por um governo que governa por decretos, sem dialogar e sem construir qualquer decreto, qualquer determinação, ouvindo este Conselho. Então, é importante que a gente valorize os espaços de participação e canal de democracia participativa. Não basta dizer que há participação quando não se efetiva a discussão e o diálogo nesta mesma comunidade. Por enquanto era isso e obrigado, Secretário. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois - RGP. 2: Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário. Presidente, eu quero registrar que a RGP 2 estará fazendo neste sábado, no próximo dia 17/10, às 10 horas, uma reunião online, para dar o retorno das oficinas que fizemos sobre a revisão do Plano Diretor na Região de Planejamento 2. Essa proposta dos planos populares de ação é uma realização em parceria com ao IAB e tem um patrocínio do CAU. Então, eu gostaria de convidar a todos os conselheiros, principalmente os nossos conselheiros de região que também aderiram a essa parceria com o IAB, para que nos acompanhem, para que a gente possa construir esse plano popular de ação, que tem também uma meta do que vamos pensar para a nossa região. Então, seria importante que os conselheiros, os colegas nos acompanhem sábado agora, que já vamos fechar o documento, apresentar no momento oportuno da revisão do Plano Diretor. Obrigado, Presidente. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Adroaldo. A Conselheira Tânia inscrita. Lembrando, antes da conselheira falar, que a gente disponibilizando pelo YouTube, todos que quiserem assistir às reuniões do Plano, podem assistir no canal da Secretaria do Meio Ambiente no YouTube. Nós não vamos dar mais acesso à sala interna, a sala interna é dos conselheiros do Plano, representantes, das entidades ou daquele interessado que se inscrever previamente para falar no período de Comunicação. Por favor, Conselheira Tânia. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro -RGP. 4: Boa noite a todos. Eu de fazer um informe muito importante, que nós também vamos organizar, quer dizer, já está organizado, vamos efetuar essa oficina de retorno do Plano Diretor de Ação Popular aqui na RGP 4, juntamente com o IAB e o CAU. Esse trabalho já foi feito, nós fizemos; na verdade, foram quatro oficinas, conversando com a comunidade, falando sobre a cidade que queremos, a comunidade que queremos, desenvolvendo um plano de ação para o Plano Diretor. Então, nós vamos finalizar este fórum, que foram na verdade 4, vai ser a finalização desse trabalho e o objetivo de ação é forma estamos construindo de participativa com democraticamente, um Plano Popular de Ação Regional para inserirmos no Plano Diretor. Então, eu estou também convidando todos os conselheiros, toda a comunidade em geral para participar, vai ser amanhã, dia 15 de outubro, a partir das 18 horas. Eu já coloquei, eu vou colocar nos nossos grupos também, já está exposto, vai ser através de redes sociais, do Meet, que é através do Google, que é de mais fácil acesso para todo mundo. Então, é isso e conto com a participação de todos. Até breve. Obrigada. Hermes de Assis Puricelli

141

142

143144

145

146

147

148 149

150

151

152153

154

155

156

157

158

159

160

161

162163

164

165

166 167

168

169170

171

172

173

174

175

176 177

178

179

180 181

182

183

184 185

186

(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS: Boa noite a todos. Boa noite a todos que estão nos ouvindo nesta primeira vez. Eu parabenizo por essa tomada de providência, que, na verdade, já tinha sido solicitada há bastante tempo desde o início da pandemia, mas, de qualquer forma, é uma ideia válida. Primeiro assunto, Secretário, é uma solicitação de providências, eu mandei já por e-mail e mandei para todos os conselheiros. Na reunião passada ficou definido que seriam acrescidos dois itens na pauta de hoje, ou melhor, um item em subdividido em dois assuntos, que seria a discussão sobre a criação de duas comissões. Discussão, não quer dizer que se criariam duas comissões, sendo uma comissão, um grupo de trabalho para tratar dos termos de compromissos, tendo como prioridade o processo da Multiplan, que foi a proposta do Conselheiro Gomes e depois ampliada para que esse grupo se ampliasse para os outros termos de compromissos. É óbvio que dentro do possível, porque nós estamos praticamente encerrando o ano e a gestão deste Conselho. E o segundo grupo de trabalho, que é a proposta do Conselheiro Paulo Jorge, que se referia à regularização fundiária. Para minha surpresa, na primeira pauta que foi instruída, não apareceu nenhum dos dois grupos. Eu encaminhei e-mail, inclusive, para a Secretária Camila e a correção da pauta novamente veio incompleta. Então, eu gostaria que fosse corrigido, em respeito aos conselheiros que tomaram essa indicação. O segundo assunto, Secretário, que me causa surpresa, é que mais uma vez o Prefeito assinou um decreto que altera a aplicação do Plano Diretor, embora aqui não esteja questionando a sua legalidade, mas é um decreto que há 45 dias das eleições é um presente para a construção civil. É o Decreto que permite a utilização das coberturas dos prédios, com áreas, aquelas coberturas daqueles espaços que em princípio só pode em casa de máquinas, para elevador, reservatório de água. Agora fica possível a construção de várias áreas de lazer para os condôminos. Isso significa na prática aumentar alturas dos prédios, porque os prédios podem ser ocupados até 2m da divisa da cobertura, ou seja, vai ser uma volumetria a mais, o que para os construtores é um presentão há 45 dias das eleições. Isso é um detalhe que aqui eu deixo registrado e para quem vai comprar os imóveis depois, esse presente não vai se reverter para o consumidor final, porque o metro quadrado, a área construída vai permanecer o mesmo valor. Eu acho estranho que esse decreto tenha saído sem nenhuma discussão, nem mesmo mencionado no Conselho, deveria ter sido discutido no Conselho. Fica a minha indignação, como tantas outras que os vários conselheiros têm vivenciado em guase todas as reuniões. O Prefeito governa por decreto, o governo faz Plano Diretor por decreto. Obrigado. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro - RGP. 5: Boa noite, meus conselheiros. Então, eu tenho uma informação, é o seguinte, como eu falei, estou fazendo a reunião do planejamento dentro da Região 5. Estamos debatendo com a comunidade, estamos debatendo com os conselheiros sobre o planejamento do nosso bairro. Nós estamos fechando uma discussão dentro de um seminário, que vai envolver a Faculdade Ritter dos Reis, a UFRGS, para tratar do bairro que nós queremos. Já temos os dados do CMDUA, o pessoal vai engajar com toda essa discussão. Então, os conselheiros do OP, os conselheiros do CMDUA, os conselheiros que trabalham nas comunidades. Vai ser por videoconferência, a gente vai fazer esse planejamento em duas reuniões. Então, todos às 18 horas, a Região de Planejamento 5 está (Inaudível/interferência no áudio). Informação dois, nota triste, vocês sabem que eu venho falando várias vezes sobre o Coronavírus em Porto Alegre. E o governo abriu a janela, estamos aí no laranja, só que tem laranja onde? No Bom Fim, Carlos Gomes, Petrópolis, Duque de Caxias, Centro, tem Iaranja. Por que

188

189

190 191

192

193194

195

196

197 198

199

200

201

202

203

204

205

206207

208

209210

211

212

213

214

215

216

217

218219

220

221

222

223224

225

226227

228

229

230

231232

233

está laranja? Porque esse pessoal que trouxe o vírus para Porto Alegre se isolou e largou na periferia. Então, o que aconteceu? A classe média alta já está isolada do vírus. Esse vírus está onde? Nas vilas, nas favelas, uma pessoa que tem uma alimentação muito baixa, pessoas que estão com situação baixa de nutrição, hipertensos, tudo da favela, sem esgoto, sem saneamento básico. Então, na Região Glória/Cruzeiro/Cristal está subindo muito o índice. Inclusive, a minha entidade AMAVTRON está com um caso confirmado, a minha filha está confirmada, a minha sobrinha e mais 08 alunos meus confirmados com Coronavírus. Inclusive, eu também estou fazendo o procedimento, porque eu tive contato, espero que eu não peque esta porcaria, mas é isso que está acontecendo. O que acontece, meus conselheiros? Não quero falar de governo municipal, mas isso era previsto, a porcaria desse vírus que esses caras que viajam estão trazendo da Europa, os turistas. O governo abriu as portas para matar a população pobre da favela. (Sinalização de tempo esgotado). Fazer o quê? As eleições estão aí. Só tem uma coisa, pessoal, aviso para todo mundo, eles estão indo na favela, estão indo apertar a mão do povo na favela e lá eles vão pegar o vírus. Ontem na minha comunidade tinha 5 eventos para fazer entrega de bringuedos e a Guarda Municipal não fechou. Abriu as portas. Só para avisar vocês. Obrigado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Então, encerramos as manifestações no período de Comunicação. É um período livre para manifestações das mais diversas dando oportunidade para todos os conselheiros fazerem o uso da palavra. Em relação à pauta também, comunicar que a gente vai disponibilizar a pauta no site da Secretaria, onde tem a opção: Conselho do Plano Diretor. Então, a gente vai inserir sempre a pauta lá para que todos, até com acesso externo, possam saber o que está sendo debatido no Conselho. Antes da gente ir para a nossa pauta, a gente tem de fato a criação do grupo de trabalho, é o item 5 da pauta. Enfim, só gostaria de compartilhar, no sentido de que a criação do grupo de trabalho específico para tratar das medidas, era um processo que vinha sendo demandado pelo Conselheiro da Região de Planejamento 5, o Conselheiro Paulo Jorge. Então, a gente entendeu como adequado propor esta pauta, a criação desse grupo de trabalho. Quem propõe a pauta é a figura do Presidente, conforme prevê o nosso Regimento Interno, mas não me oponho, eu não tenho qualquer restrição de se criar um grupo de trabalho para tratar da regularização fundiária. Eu acho pertinente, é importante. A gente pode propor nas próximas reuniões talvez a criação desse grupo de trabalho. Lembrando que nós temos a apresentação também do tema para tratar da regularização. Parece oportuno que a gente faça primeiro essa reunião, essa apresentação geral um do tema, faça essa discussão em uma reunião específica que a gente vai ter, vai ser no dia 29/10 o tema regularização fundiária, que foi proposto pela Região de Planejamento 1, pela 3 e pela 6. Então, nós vamos ter essa discussão e me parece adequado que a gente na sequência disso possa criar um grupo de trabalho para tratar, especificamente, da questão da regularização fundiária. Lembrando que nós temos a própria discussão do Plano Diretor e esses temas se correlatam com a discussão do Plano Diretor, que em função da pandemia o processo a gente suspendeu. Então, esse ponto específico do grupo de trabalho do termo de compromisso é um caso pontual, mais fácil de ser trabalhado nesse grupo de trabalho. O outro é uma discussão geral de cidade, de Plano Diretor, isso pode ser feito ao longo dos próximos meses. Senhores Conselheiros, então, vamos votar as atas: 2. VOTAÇÃO DAS ATAS 2846 E 2847. Eu consulto se temos abstenção ou voto contrário à aprovação das atas. Questão de Ordem do Conselheiro Hermes. Lembrando, Conselheiro, que nós vamos discutir esse ponto no

235

236

237

238239

240

241

242

243244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256257

258

259

260

261262

263

264

265

266267

268

269

270

271272

273

274

275

276277

278

279

280

Item 5 da pauta. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS: Mais uma vez, Presidente, eu gueria esclarecer que a minha posição era contrária às comissões. Não se trata de achar oportuno ou não, trata-se de uma decisão dos conselheiros, que deveria ser respeita. Eu, inclusive, acho que não temos mais tempo para comissões, nós temos mais meia dúzia de reuniões, tirando as reuniões ordinárias que tratam dos processos. Então, inclusive, no começo eu me pronunciei contrário, é uma questão de respeito à decisão da maioria. Só isso, Presidente. Obrigado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Hermes. Então, a votação das atas. Eu peço que se manifestem no chat, se temos manifestações contrárias ou abstenção. Abstenção da ÁREA, Conselheiro Mark, Emílio, Conselheiro Jane, Conselheiro Hermes, Conselheiro Rômulo, Conselheiro Felisberto, Conselheira da ACESSO abstenção. Temos 09 abstenções, nenhum voto contrário. APROVADAS AS ATAS 2846 E 2847. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto, depois o Conselheiro Darci. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um -RGP. 1: Secretário, a minha Questão de Ordem são duas. Primeiro com relação aos que entraram depois, seria bom mencionar. Pelo que eu vi entrou a RGP 8, a RGP 7, a RGP 3. Então, eu acho que seria bom nominar as regiões que estão presentes, os demais foram mencionadas. A outra Questão de Ordem é se o senhor não vai abrir o espaço para a Michele falar ou se aconteceu algum problema, porque ela tem direito de se manifestar. Essas eram as minhas observações. Obrigado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela Questão de Ordem. Nós estamos com alguma dificuldade com a Michelle, que ao liberar ela saiu da sala e está nos avisando pelo Whats que não está conseguindo retornar. Não aparece aqui para nós a permissão para ela entrar. Ela está dizendo que não está conseguindo entrar. Então, é um problema técnico que a gente não conseguiu resolver, mas, naturalmente, todos têm acesso e garantia da fala, se porventura não conseguir resolver o problema até o final da reunião, na próxima sessão a gente novamente tenta resolver o problema para garantir o acesso à manifestação dela. Conselheiro Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/RS: Boa noite para todos. Eu só vou me somar à Questão de Ordem do Conselheiro Hermes, para que não chegue lá no ponto 5, já no final da reunião – Ah, não foi isso que foi deliberado! Senhor Presidente, este Conselho na reunião passada deliberou dois pontos de pauta para esta reunião. Então, não está na autoridade do Presidente do Conselho, por mais que tenhamos um Regimento que mudou os regimentos anteriores, porque nos regimentos anteriores não era o Presidente que definia a pauta sozinho, como nem está sendo agora de uma forma autocrática, né. Então, o Presidente pode definir a pauta, mas não pode se sobrepor a uma decisão tomada na reunião passada do Conselho. Então, esses pontos tem que estar na pauta. Se é tarde, se está em fim de governo, isso é uma avaliação que foi feita por quem votou na reunião passada. Então, nós temos que pelo menos submeter à pauta a aprovação, não aprovação, a montagem das duas comissões, senão nós vamos sempre tocar com a barriga, porque o que a gente vê aqui é o que não interessa ao Secretário se toca com a barriga - Ah, então, na reunião que vem a gente vê. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Qual é a sua dúvida com relação ao regimento? Qual é o artigo que o senhor questiona para levantar Questão de Ordem? Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304 305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316317

318

319320

321

322

323

324

325

326 327 Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/RS: O que o senhor falou, que a pauta é o senhor que define, quando a pauta se refere a um ponto que já foi votado por este Conselho, não é o senhor que define, é este Conselho. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Nós vamos discutir no Item 5 da pauta. O senhor tem alguma dúvida com relação à Questão de Ordem, ao procedimento agora? Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/RS: Sim, porque o senhor disse que quem define a pauta é o senhor e não está na pauta o que foi votado na reunião passada. Eu só posso ter dúvida. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Quando nós chegarmos lá faremos a discussão. Obrigado, Conselheiro. Na sequência a gente passa para: 4. ORDEM DO **DIA. ITEM 4.01**: o processo retornou de diligência, é o Expediente 002.33353900-9. É um processo da Sudeste, Transporte Coletivo Ltda. Aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística na Rua Saldanha da Gama, 155, RGP 7, relator Acesso e Cidadania. O processo foi distribuído em 17/06/2020, prazo para relatório em 21/07, prorrogado para 11/08. A conselheira representante do Acesso apresentou um parecer em 13/08c pedido de diligência à CAUGE. A diligência foi remetida e atendida no dia 02/10. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Boa noite, Secretário. Boa noite, colegas. Na verdade, Secretário, a gente não pode ignorar o que se passa no chat do Conselho. Então, tem um pedido ali de Questão de Ordem de inversão de pauta. Então, acho que deve ser ponderado. Eu acho que a gente deve dar prioridade quando vem alguma pauta, alguma palestra, algum tema, ela sempre se sobrepõe à Ordem do Dia. Eu acho que o entendimento deveria prevalecer o mesmo. Então, já que há um pedido nós deveríamos discutir os grupos de trabalho depois a Ordem do Dia, até porque são dois processos apenas que estão na Ordem do Dia e não haverá prejuízo. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Mas eu não vi proposição de sua parte para inverter, senão a gente teria deliberado essa votação. Não veio proposição nesse sentido, a gente organiza a pauta como prerrogativa do Presidente deste conselho, organizar a pauta, propomos e vamos discutindo dentro das viabilidades possíveis. Agora a gente está discutindo a Ordem do Dia. Obrigado, Conselheiro Claudete. Eu vou passar a palavra para a equipe do planejamento. Conselheiro Felisberto, alguma dúvida? Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Secretário, eu tinha solicitado a inversão de pauta, eu acho que o senhor teria que ter submetido a este Conselho a deliberação. E eu recebi uma comunicação da Michele, que ela está tentando entrar e não está consequindo, Secretário. E, além disso, ela solicitou por e-mail ao senhor, que o senhor lesse o e-mail dela. Então, seria importante que fosse respeitado isso, Secretário. As pessoas se comunicam e a gente fica nisso. Eu acho que tem que haver inversão de pauta, é um assunto solicitado pelos conselheiros, é um tema que envolve as regiões. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**SMAMS:** Conselheiro, vou encurtar, não há problema em inverter a pauta, como votamos em várias oportunidades, só que a gente não fez isso no momento inicial. O senhor teve a oportunidade de falar e solicitar a inversão e eu teria colocado em votação, não há problema em a gente avançar nesse processo, não vejo sentido. Nós temos um processo em pauta, no máximo dois e na sequência a gente vai para essa discussão. Vão ter mais liberdade, enfim, para discutir, se for necessário avançar um pouquinho a reunião. Eu não

329

330

331 332

333

334

335

336

337

338

339

340

341342

343

344345

346

347348

349

350

351

352 353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364 365

366

367

368

369 370

371

372373

374

vi na sua fala a proposição no sentido de inverter a pauta, senão teria colocado em votação. Então, agora estamos discutindo o processo, estamos na Ordem do Dia, damos segmento e depois colocamos em discussão a criação dos grupos de trabalho. Por favor, a equipe do planejamento nos faça uma apresentação rápida do Item 4.01 da pauta, antes de passar ao relato da Conselheira Claudete. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite. Então, dando seguimento à escala da apresentação pela equipe do planejamento, quem vai apresentar os relatos vai ser a Arquiteta Simone dos Santos Fernandes. Ela possui graduação em artes visuais pela Universidade Federal de Santa Maria e também Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis. Atuou na Prefeitura Municipal de Santa Maria, na Secretaria da Saúde, na Secretaria da Cultura de 2000 a 2005, experiência na área de projetos e execução da área de arquitetura, estabelecimentos na área da saúde e atualmente atua como arquiteta urbanista na Prefeitura de Porto Alegre desde 2019, na Unidade de Estudos Urbanos, dentro da Coordenação de Planejamento Urbano. Então, hoje a Arquiteta Simone é a nossa consultora para questões culturais e questões históricas, que ela é uma pessoa apaixonada pelo tema, vai estar apresentando essas breves informações sobre os processos que estão na pauta. Eu já passo a palavra para ela. Obrigada. Simone dos Santos Fernandes, Empresa de Planejamento SMAMS: Boa noite a todos. O número é 002.33353900-9. É um EVU da Sudeste Transportes Coletivos da Rua Saldanha da Gama, 555. Um Estudo de Viabilidade Urbanística para regularização da atividade especial de garagem geral em um terreno com área superior a 1.000 m², listado como um projeto especial de impacto urbano do 2º grau, nos termos do artigo 61, inciso I, artigo 100, § 3º e anexos 11.2, folha 1 da LC 434/99, notificada pela LC 646/2010 do PDDUA. (Leitura do processo). Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Se puder resumir para nós, porque ainda temos os pareceres. Simone dos Santos Fernandes, Empresa de Planejamento SMAMS: Os pareceres são longos. Acho que dá para ir para a discussão. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Sim. E já teve a apresentação por parte da Vaneska. Hoje seria só um apanhado geral. Obrigado, Simone, pela apresentação. Vamos ao relato da Conselheira Claudete pelo período de 10 minutos. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Então, boa noite a todos os colegas e o pessoal que está nos assistindo. Eu vou tentar sintetizar um pouco, até porque o nosso tempo sempre é curto para as manifestações e análise dos expedientes, mas o planejamento já trouxe aí um pouco dá sínteses do que seria o expediente. Eu vou retomar, nós temos o objeto, o expediente. Então, vou tomar um pouco das diligências e encaminhamentos a CAUGE que foram efetuadas. Então, aqui em azul vocês vão ver a diligência e a síntese, eu vou comentando. Então, foi solicitada diligência para que fosse fundamentado o motivo pelo qual foi aplicado o art. 2 do Parecer 07/2012, visto não ser autoaplicável a isenção de área permeável pelo simples enquadramento de posto de gasolina. Este parecer diz, na verdade, que tem que ter um parecer fundamentado. A SMDE respondeu, dizendo que ela aplicava o Parecer 126/2017 por similaridade, visto que incidiria ali posto de combustível. A gente não tem, na verdade, acesso e não está nos autos esse Parecer 126/2017, até para saber do que se trata. E tem outra manifestação técnica, que também diz assim: "Somos favoráveis à isenção do atendimento da área livre, considerando a existência de um posto de combustíveis dentro do estabelecimento". Então, verifica-se, portanto, que o

376

377

378379

380

381 382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396 397

398

399

400 401

402

403

404

405 406

407

408

409 410

411

412

413

414 415

416

417

418 419

420

421

ausente estudo ou motivação fundamentada a justificar a aplicação do Parecer 07, uma vez que o parecer não autoriza ou determina que todos os postos de gasolina sejam isentos de área livre permeável, mas que podem ser isentos, desde que baseados em parecer técnico fundamentado. Não sendo a similaridade a posto de gasolina hábil e suficiente para a isenção conferida, motivo pelo qual, no meu entendimento, deve ser revista a isenção aplicada. Aliás, também não parece razoável uma área de mais de 16.000 m², onde há predominância de garagem do ônibus, que se justifique a isenção total da área livre permeável. Além disso, verifica-se que a flexibilidade ou a isenção conferida, ela altera inclusive as diretrizes definidas no Parecer 116/2018, causando estranheza no procedimento, visto que vencida a etapa de diretrizes e ausente pedido de reconsideração, conforme preceitua o nosso ordenamento, que justifiquem que elas venham a ser modificadas posteriormente. Lembrando até que em algumas hipóteses do pedido de reconsideração de diretrizes cabe ao CMDUA deliberar. Outro encaminhamento que havia sido solicitado à CAUGE é que fosse analisado e considerado no EVU os impactos e ajustes apontados, em sendo o caso, de acordo com o inquérito civil, procedimento instaurado pelo Ministério Público, que apura a poluição sonora e perturbação do sossego causado pelas atividades da Empresa Sudeste Transportes, através de decisão fundamentada. E solicita também que fosse esclarecido se foi efetuado ou não o plano de monitoramento de ruídos, conforme definido nas diretrizes e em caso positivo fosse juntado cópia ao presente expediente. A SMAMS faz uma resposta, eu vou sintetizar para a gente poder fluir o parecer, que ela frisa que, na verdade, em síntese, que à época das análises das referidas etapas não se tinha o conhecimento da equipe à existência do inquérito civil. Então, verifica-se que a diligência que dispunha sobre a análise, considerando as reclamações sobre a poluição causada pelas atividades, ela não foi atendida, porque veio apenas uma justificativa dizendo que não tinha conhecimento, mas o pedido era específico, era que fosse feita uma análise considerando essa instauração, esse inquérito e essas reclamações que aportaram no Ministério Público. Cabe aqui registrar também que não foi juntado ao expediente, como requerido, cópia do plano de monitoramento de ruídos. A par da manifestação da Coordenadora Técnica Sônia Maria, de que seria disponibilizada cópia digitalizada do Expediente nº 0023330786-9, no qual a conselheira teria acesso á íntegra do mesmo. Verifica-se que o expediente disponibilizado não traz a informação solicitada, ela não traz esse plano de monitoramento. Aliado a isso, a gente não deve esquecer que o interesse público, a transparência, a publicidade dos atos administrativos, impõe que os documentos referidos ou necessários devem estar disponíveis e acessíveis no próprio expediente, não parecendo adequado e nem eficaz o encaminhamento dado, que remete a uma digitalização, na qual essa digitalização não traz o documento solicitado. Cumpre aqui referir que a nossa secretária até fez uma menção solicitando que fosse juntado às folhas 26 a 47, possivelmente onde estaria esse monitoramento, mas, estranhamente no processo digitalizado sequer a gente consegue identificar onde estariam essas páginas 26 a 47, uma vez que vieram páginas, como tende acontecer aqui, sem numeração. E o plano que foi solicitado para ser juntado não foi. Outrossim, tendo em vista que a empresa possui alvará de autorização para funcionamento em 24 horas e considerando o requerimento para atividade especial, com garagem, lavagem, lubrificação, reparação de estofados, pneus, câmeras, chapeação e pintura, tem que ser realizado um estudo abrangendo todo o período e a todas as atividades. Bem como, deve ser considerado o conflito de vizinhança já identificado, considerando também que a FEPAM já fez uma vistoria no local. Solicitei ainda um

423

424

425 426

427

428

429 430

431

432

433

434 435

436

437

438

439

440

441

442

443444

445

446

447

448449

450

451

452453

454

455

456 457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

encaminhamento à CAUGE, relacionado aos muros e essas diligências lidas aqui foram aprovadas anteriormente, que esclarecesse o motivo ou fundamentasse a ampliação da altura permitida para 2,80m, visto que o interessado pelo imóvel possui muros com alturas diversas, não havendo uniformidade. A SMDE respondeu, esclareceu o mapeamento, o que determinaria cada cor, se amarelo, se vermelho, se é construir, demolir, se é azul, se é preto, mas a par dos esclarecimentos prestado e não havendo uniformidade de alturas, inclusive, a previsão de demolição não ficou clara para mim. Na verdade, a fundamentação ou a motivação para adoção de altura acima do permitido. Em que pese tenha sido referido em um parecer técnico a continuidade usual. Aí eu me pergunto: essa continuidade visual é do empreendimento da rua ou da quadra? O que a lei preceitua que a gente vai fazer? Que continuidade é essa? E vamos considerar ainda que os muros ali têm uma altura divergente, depois nós temos uma área altamente residencial, com casas bem baixinhas. Depois eu tenho umas fotos da visitação na área que eu gostaria de colocar. E coloca também, o que seria essa permissão, o direito sobre a área, mas eu entendo que o direito sobre a área não se confunde com o direito sobre a altura. Eu posso estar enganada em algum entendimento, algum encaminhamento, não sou da área técnica, mas fazendo a leitura dentro daquelas nossas possibilidades. Outra solicitação efetuada de diligência era que fosse informada a tramitação e situação do licenciamento ambiental e da licença de operação. A resposta da SMAMS foi que o pedido registra, em síntese, a necessidade por parte do administrado de apresentação de diversos documentos. Eu estive dando uma olhada e verifiquei que o expediente que está cadastrado como acompanhamento especial, até gostaria de saber o que é esse acompanhamento especial, verifiquei também que foram efetuadas várias solicitações ao requerente, que não foram atendidas, inclusive os prazos já terem sido expirados. E não tenho uma informação com essa resposta da SMAMS, uma informação precisa sobre a tramitação, nem sobre quais documentos estão pendentes de apresentação. Ou seja, ela padece dessa resposta, essa diligência de informação clara e objetiva. Cabe ainda destacar que em que pese o expediente que se refira à existência de pluma de contaminação em fase livre identificada no local, foi impulsionado ao empreendedor que ele deveria requerer junto á FEPAM a licença ambiental. A recém a Simone colocou dentro das condicionantes técnicas que um dos condicionantes seria esse requerimento junto à FEPAM. A competência, na verdade, ambiental, é da SMAMS, não é da FEPAM. Então, essa condicionante se encontra, inclusive, inadequada. A competência é, foi um dos motivos que eu solicitei esclarecimentos. Por fim, uma vez que é da competência do CMDUA, ao estudo e avaliação, eu solicitei que fosse juntado o termo de referência. A SMDE informou que não foi efetuado o EIA RIMA e por isso não teria sido elaborado o termo de referência. Então, diante do exposto e considerando que o Plano Diretor é urbano, mas, também, ambiental, que licenciamento urbanístico e ambiental se entrelaçam em alguns pontos... (Sinalização de tempo esgotado). Então, vamos passar essa parte. Eu trago aqui algumas questões da legislação. Isso é para ver o tempo que nós temos para relatar um projeto, que é insuficiente, isso demonstra exatamente a insuficiência, vocês vão votar sem conhecer meu relatório, mas tudo bem. O que eu coloco no final? Vamos ver assim: no presente caso, a estrita violação à garantia constitucional, tendo em vista uma suposta poluição sonora e uma já comprovada contaminação, fazendo-se necessária a remediação da área degradada da empresa que tem atividades irregulares. Então, mais do que a pressa em a gente estar agui apressando, na verdade, que o empreendimento seja regularizado, a gente tem que resguardar a saúde da população, posto que a gente busca em um

470

471

472473

474

475

476 477

478

479

480

481 482

483

484

485

486

487

488

489

490

491 492

493

494

495

496

497

498

499

500

501 502

503

504

505

506

507508

509

510

511

512

513

514

515

licenciamento, na verdade, é isso, a segurança, o bem estar. E prevê, inclusive, conflitos, agui a gente já tem um conflito instaurado, um do direito de vizinhança, por causa do ruído. E nós sabemos que o ruído afeta não só aqueles moradores, mas toda a coletividade. Eu gostaria de colocar aqui, vou ver se consigo compartilhar algumas fotos do local. Aqui seria a empresa, a quantidade de prédio vizinhos que nós temos, de áreas residentes. Aqui dá para ter uma visualização das residências e dos muros. Olhem a continuidade visual que nós temos aqui, inclusive, temos casas construídas sobre esse muro, nós temos uma lavagem a céu aberto, temos uma área de manutenção, os muros também. Temos aqui o posto, é até interessante, porque no pedido das atividades, não consta o requerimento e a informação que tenha um sistema de abastecimento no local. E aqui refiro, ratifico a questão de que foi condicionada uma adequação, ou seja, solicitado junto à FEPAM esse licenciamento da área degradada em função da questão dos postos, a questão da oficina. Então, o meu parecer é no sentido, que eu entendo que esse processo não se encontra apto à votação, que é necessário se fazer uma análise sim, seja uma análise de estudo de ruídos seja da questão dessa degradação ambiental, que meio ambiente e licenciamento ambiental não andam sozinhos, um não existe sem o outro. Então, meu parecer é no sentido que ele retorne e sejam refeitos os estudos, principalmente considerando que tem também um inquérito civil aberto, onde já tem um conflito instaurado ali na região. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Está bem, Conselheira Claudete. Obrigado, Conselheira Claudete, pela sua manifestação, seu relato. Lembrando que o relato, conforme prevê o nosso regimento interno, tem que ser claro, objetivo, no sentido da aprovação ou reprovação do expediente. Entendo que com a leitura do seu relato a senhora se manifesta de forma contrária ao processo que está sendo colocado em pauta, porque teve a oportunidade de se fazer as diligências, todo o relato está em contrariedade ao histórico do que se apresenta no processo, foi apresentado pela equipe de planejamento, onde teve a análise da Procuradoria, teve a análise da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, de todos os órgãos que compõem e que tem a competência para fazer essa análise técnica com relação aquilo que está sendo proposto. Antes de chegar foi aprovado pela técnica. Naturalmente, é a sua manifestação, o seu entendimento em manifestação de forma contrária ao presente expediente. Então, antes de deliberar o parecer contrário... Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Não cabe ao senhor interpretar o meu voto. O meu voto é que ele não está apto à provação e deve ser encaminhado para diligências. Isso é uma prorrogação que está previsto no Plano Diretor. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a nossa Resolução nº 001/2020, de procedimentos, prevê a possibilidade de diligência, a senhora colocou em diligência e é o seu direito manifestar não entendendo que não são suficientes os esclarecimentos e colocar a sua contrariedade à aprovação desse expediente. E foi esclarecido pelos órgãos competentes. tudo está ali disponibilizado no processo, todo mundo tem acesso, pode verificar. Coloco em discussão o presente expediente, lembrando que depois da discussão a gente vai deliberar a cerca do voto da manifestação do relato contrário da Conselheira Claudete á aprovação do presente expediente. Lembrando que já tivemos a oportunidade da diligência prestada pelo município, mesmo assim a Conselheira Claudete levantou uma série de questões que se sobrepõem à análise técnica feita pelo município e que temos que respeitar a posição da conselheira. Então, temos aqui dois pedidos de vista:

517

518519

520

521

522

523

524

525

526

527

528529

530

531532

533

534

535

536 537

538

539

540

541 542

543

544

545546

547

548

549

550 551

552

553

554

555556

557

558

559

560

561

562

Conselheiro Gomes e Conselheiro Felisberto. Então, em havendo solicitação de vista a gente nem coloca em discussão. Questão de Ordem para o Conselheiro Gomes, depois para o Conselheiro Hermes também, que quer vista. Então, damos a oportunidade para os conselheiros fazerem os relatos de vista. Conselheiro Gomes. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Presidente, boa noite a todos. A Questão de Ordem era só para lembrar nesse sentido, que com o pedido de vista a discussão fica para pós-vista, mas o Presidente encaminhou nesse sentido. Eu me sinto contemplado. Temos o Conselheiro Felisberto para Questão de Ordem. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Secretário, a primeira Questão de Ordem era na mesma linha do Gomes. E a segunda Questão de Ordem, é que durante o período de Comunicação eu coloquei vários questionamentos que não foram respondidos. Um deles, a questão das eleições e a outra questão do processo do Internacional, né. Então, não gostaria que o senhor se manifestar sobre esses dois assuntos que foram colocados por mim. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. Conselheiro Felisberto. Lembrando que o período de Comunicação sempre é um período livre, não há necessidade da gente manifestar e esclarecer todos os pontos, mas eu acho que após a reunião não há problema da gente fazer um comunicado, tentar no que eu consigo fazer os esclarecimentos. Agora nós avançamos na questão da pauta. Na sequência eu posso prestar esses esclarecimentos. Conselheiro Patrick. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE: Boa noite. Eu queria tentar ajudar dando alguns esclarecimentos técnicos. Eu comecei analisando esse processo, depois ele passou para outro colega. Há um esforço, que é de interesse público da gente regularizar tudo que vem à prefeitura para melhorar a cidade. Então, assim, todas as questões que estavam em desacordo foram analisadas, tivemos a questão do muro também citado, que até descobrimos que tinha uma parte do mundo que estava fora da matrícula. Então, essa parte foi solicitada, tem questões de pré-existência de muro. Trabalhamos em algumas contrapartidas e a questão da área impermeável é que se trata de um empreendimento que tem que ser regularizado e ele já tem edificações e há o interesse, tem o parecer 07/2012, que é assim, quando há abastecimento de combustível para no caso dos ônibus, não há interesse em ter esse amortecimento da água pluvial, porque pode haver contaminação do solo, que é muito mais grave. Então, existe um entendimento técnico que essas áreas de áreas permeáveis, nesse caso de ter abastecimento de combustível, que não é um posto propriamente dito. Na verdade, é uma bomba que existe para abastecer os ônibus de linha. Então, todas as questões técnicas estão no processo, foram levantadas e formalizamos o melhor entendimento técnico possível para ser regularizado. Obrigado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheiro, desculpa lhe cortar. A gente vai ter oportunidade de debater, eu gostaria que o senhor se inscrevesse na próxima reunião para debater o processo, fazer a discussão. Naturalmente, eu gostaria de ouvir esses esclarecimentos, mas como teve pedido de vista não coloco em discussão o expediente, a gente dá oportunidade da vista para a próxima reunião todos fazerem a discussão. Então, temos pedido de vista dos conselheiros: Gomes, Dal Molin, Felisberto, Hermes e Darci. Mais alguém? É isso, então. O ITEM 4.02 da pauta continua em diligência. O 4.03 também. O 4.04, 4.05 também estão em diligência. O 4.06, 4.07, cobrei a nossa secretária executiva que faça contato com as secretarias para a gente ter esses retornos. O ITEM 4.08 também está em diligência. E depois passamos para o ITEM

564

565

566

567 568

569

570

571

572573

574

575

576577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591 592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

806

609

4.09 da pauta. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Secretário, eu pedi a manifestação porque eu acho muito salutar, na verdade, a manifestação do Conselheiro Patrick. Eu acho que nós deveríamos propiciar o debate, independente do pedido de vista, para a gente esclarecer os pontos. É isso que eu estava perguntando no chat, já que a gente tem o microfone cerceado, é que interessa não debater, nós delegarmos para um segundo momento. Então, eu não ignoro, Patrick que haja todos esses posicionamentos e entendimento técnicos, mas se a gente se baseasse só no entendimento técnico eu não teria uma cidade em que os carros não andam, que falta água. Então, nós temos que ter também outros olhares. Então, essa é uma das funções, eu não sou técnica, eu não sou da arquitetura, eu não sou da engenharia e eu trago um olhar que eu entendo que ali precisa de uma motivação, de um esclarecimento, de uma fundamentação, independente, na verdade, de já ter tido alguns estudos. Eu acho que tem que ter outros estudos conjuntamente, concomitante, considerando um conflito que já está instaurado. Não adianta a gente ir lá depois resolver o conflito, já tem um conflito instaurado, precisamos apurar. Já tem uma contaminação verificada, precisamos apurar. O licenciamento ambiental sozinho não existe. Então, acho que ele tem que ser feito em conjunto. Então, eu peço para ouvir outros esclarecimentos, uns na minha solicitação ali, mas, infelizmente, o Secretário disse que nós temos que formalmente cumprir o regimento. como assim entende, né. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Claudete. Por favor, disponibiliza o relatório, é importante sempre, e a gente tem a previsão regimental, né. Tem que anexar no processo o relatório, não chegar na reunião com o relato. É importante, Conselheira, que sempre disponibilize antes para a nossa equipe o relato. Nesse sentido, passamos ao ITEM 4.09, Expediente 18.0.000107403-9, interessado: Gisele da Costa Mota Fontoura, gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. Inclusão de gravame na Rua José Grimberg. O relato é da RGHP 2, Conselheiro Adroaldo, o processo foi distribuído em 11/09/2020 e redistribuído para a RGP 2 em 29/09. Peço que a nossa equipe de planejamento faca um relatório simplificado desse processo e depois agente dá continuidade. Simone dos Santos Fernandes, Empresa de Planejamento SMAMS: É o Processo 18.0.000107403-9. É um gravame de traçado viário e cadastramento do logradouro na Rua José Grimberg e Rua José Grimberg, Beco 1. O Gravame é o cadastramento da Rua José Grimberg, do Beco 1, do Beco 5, que tem por objetivo atender a solicitação com a intenção de promover a regularização que está localizada no Beco 1 Rua José Grimberg, 06. O gravame viário do PDDUA e o cadastramento de logradouro possibilitará a regularização das edificações lá existentes. O mapa da localização da RGP 3, o mapa do meio e mostra o loteamento Costa e Silva, onde passa a rua e no mapa da direita a Rua José Grimberg, que faz esse trajeto aqui. (Leitura do processo). Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Simone, pela apresentação do que traz o processo, para que todos tenham clareza. Na sequência temos o Conselheiro Adroaldo. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois - RGP. 2: Mais uma vez boa noite a todos. Obrigado, Simone, pelo esclarecimento, que vem ajudar bastante na compreensão e alguma coisa que a gente possa deixar de falar. Nós estivemos no local visitando, juntamente com o conselheiro da Região 3, o Conselheiro Jackson e algumas lideranças. E de antemão a gente diz que eles são favoráveis e querem muito esse gravame do traçado viário. Então, vou ler a todos, é bem

611

612

613

614

615

616

617618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631 632

633

634

635

636 637

638

639

640

641

642643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

simples o nosso relatório, porque a Simone leu tudo e não vamos repetir. Relato da Região de Planejamento 2, Processo 18.0.000107403-9, interessado é Gisele da Costa Mota Fontoura. Objeto: gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. Endereço José Grimberg, Bairro Rubem Berta, na RGP 3. Refere-se à inclusão de traçado viário da Rua José Grimberg, parte do Beco 3, Beco 1, terminando em cul-de-sac e Beco 5, onde é localizado na MZ 03, UEU 060. Aqui já está escrito, conforme o despacho da Coordenação do Desenvolvimento Urbano, que essa solicitação foi feita por uma moradora para regularizar a sua moradia e em se tratando de via consagrada ao uso há mais de 20 anos, com meio fio definido, provido de redes públicas de água, luz, telefone e iluminação pública. Eu vou pular algumas coisas. A comunidade demandou junto ao OP em 2011 a execução do levantamento topográfico cadastral. Foi contratada (Inaudível/interferência no áudio) fiscalizada pelo DEMHAB, apontando 594 lotes, por e tratar de área particular, com situação consolidada e que em alguns casos há usucapião sobre os lotes, havendo comprovação de utilização há mais de 20 anos. O prazo prescricional para demanda de desapropriação. Então, a rua já é de fato, existe desde 1999. O Beco 1 da José Grimberg está ligado à Rua José Grimberg, ambas não são cadastradas. Dessa forma a minuta inclui as duas vias. O histórico pequeno da Vila Demanda Pedro, onde está esse loteamento, de acordo com os moradores. Esse projeto da Vila Dom Pedro existe desde 22/04/2005, todos imóveis estão contidos e matriculados sob o número 36.836.808, no Cartório de Registros e Imóvel da 6ª Zona de Porto Alegre. Hoje em dia o Residencial Dom Pedro conta com água, luz, ruas pavimentadas e rede de esgoto, feita através da parceria do Orçamento Participativo. O parecer, eu coloquei para ser mais na parceria mesmo com a RGP 3, para deixar claro para o conselheiro da nossa vontade de participar junto com o procedimento de aprovação. Eu coloquei: "Por todo histórico de luta e organização dessa comunidade, por muitos anos buscando as melhorias para os moradores junto aos departamentos da Prefeitura e também através do Orçamento Participativo, considero justa sua solicitação na inclusão do traçado viário do Beco 1 da Rua José Grimberg, possibilitando o cadastramento das demais residências do Loteamento da Vila São Pedro. Nesse sentido sou favorável para a aprovação do processo". Era isso, Presidente. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pelo relato. Então, eu consulto se temos pedido de vista. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Jackson. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três - RGP. 3: Boa noite a todos, Presidente e colegas. Na verdade, eu vou dispensar o pedido de vista, porque eu acompanhei o colega Adroaldo, conheço bem, o loteamento, porque é vizinho ao bairro que eu morro. Realmente, para nós que lutamos nas regiões pela regularização fundiária, é de certa forma muito bom ver passar por este Conselho um processo que está caminhando para a regularização fundiária de uma área maior. Em consulta com a comunidade da região, nós votamos a favor, já abro o meu voto favorável à aprovação do gravame. Era isso, Presidente, obrigado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. Tomamos a fala do Conselheiro Jackson como a primeira inscrita para debater. Algum Conselheiro gostaria de fazer a manifestação, debater o processo? Temos o Conselheiro Felisberto inscrito. Mais alguém que queira debater? Senão eu encero a inscrição. A Conselheira Tânia para debater. Não havendo mais inscritos encerro a inscrição para o debate e abro a palavra para o Conselheiro Felisberto. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Secretário, esse é

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670671

672

673

674

675 676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698 699

700

701

702

703

exatamente um caso que a gente há anos vem discutindo agui no Conselho, a questão da regularização fundiária. E quero parabenizar os funcionários da Secretaria pela sensibilidade em analisar esse processo e viabilizar a regularização dessa comunidade. Isso é um avanço, isso demonstra a sensibilidade. Parabéns a Simone pelo relato e toda a turma da Secretaria que muito bem analisou o projeto. Espero que tenham o mesmo carinho com outras áreas que dependem da regularização fundiária. Parabéns ao Adroaldo, o Jackão, pela unidade, viabilizando comunidades que realmente esperam há anos a solução dos seus problemas em viabilizar a melhor qualidade de vida. Então, meu voto é favorável ao parecer do Adroaldo. Parabéns. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro - RGP. 4: Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer e figuei até bem, como se diz, entusiasmada com a regularização dessa comunidade. Esperamos que ela seja o princípio de várias outras estão aquardando aqui. como a nossa do Matos Sampaio, inclusive, já existe um projeto que foi feito há um tempo atrás e que está engavetado, que até, então, nada vem acontecendo. Então, espero que seja o início. Esse processo de regularização foi de uma sensibilidade e esperamos que sigam os processos de regularização de outras tantas outras comunidades que estão aguardando. Eu sou favorável, completamente favorável e vamos esperar que outras também entrem nessa mesma linha. E uma outra coisinha que eu queria aproveitar e pedir ao Senhor Secretário, que ajude a Camila, a nossa sua secretária, em uma questão que é referente aos nossos jetons. Todos estão bem incomodados com isso, ela não consegue ter uma resposta referente a isso e ela disse que é problema do RH e depois ela disse que está cobrando RH e que não sabe o que está acontecendo. Hoje ela disse que iria no RH pessoalmente e nos daria uma resposta, mas até agora nada. Então, como ela é nova, a Gabi era muito eficiente com relação a isso e como ela é nova eu gostaria que o Secretário ajudasse a resolver esse problema, que para nós faz muita diferença, principalmente nessa época de pandemia. Eu aguardo uma resposta, aguardamos, estou falando no meu nome e em nome dos conselheiros que também estão aguardando. Muito obrigada. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Tânia. Eu sei que é bem importante o jetom, a contribuição, que mesmo que pequena é importante para aqueles conselheiros que dependem. Só para esclarecer, a nossa Secretária Executiva está tomando todas as ações, como o município tem uma estrutura muito grande, mas ela demandou junto aos órgãos responsáveis e foi informada, teve o retorno na data de hoje, um pouco antes da reunião do Conselho, que a Tesouraria teve um problema em relação ao repasse dos recursos. E como a folha sempre fecha no final do mês, será inserido no próximo mês subsequente. Nós aqui, a Secretária Executiva demanda e quer que os pagamentos sejam feitos, mas tem a Secretaria da Fazenda, toda uma estrutura. Eles tiveram algum problema, como às vezes acontece com os salários dos servidores, que se não acontece no final do mês eles tem que rodar para a próxima folha. Então, foi isso que aconteceu, ela nem conseguiu compartilhar, porque foi agora no final do dia e a gente está compartilhando aqui na reunião com todos vocês. Então, o Conselheiro Adroaldo se manifestou favorável à aprovação do presente expediente. Lembrando que estamos tratando do ITEM 4.09 da pauta, com parecer favorável do Relator da RGP 2. Passo à votação nominal, consulto a Conselheira do DEMHAB, como vota? VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação -DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação - EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do

705

706

707

708

709

710 711

712

713

714

715

716

717

718

719

720 721

722

723

724

725

726 727

728729

730 731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746747

748749

Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN: Favorável. Vaneska Paiva Henrique (1^a Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade SMAMS: Favorável. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE: Favorável. Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais - SMRI: Favorável. Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/RS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu vou me abster, Secretário, não pelo mérito do processo, mas pelo mesmo motivo que foi declinada a relatoria. José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul - CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/RS: (Não está na sala). Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil - SINDUSCON: Sou muito favorável, acho até que esses processos de regularização fundiária deveriam ter certa prioridade porque a ninguém interessa aqui uma cidade que não tenha regularização fundiária. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois - RGP. 2: RELATOR. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três - RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro - RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planeiamento Quatro - RGP. 5: Favorável. Também quero colocar que é importante sair uma comissão do Conselho para fazer outras regularizações fundiárias. Eu acho que estamos no caminho certo, temos que ter um olhar mais atentos para as comunidades da Cruzeiro, Tronco, Glória, zona norte. Quer dizer, uma vila só é muito pouco para Porto Alegre. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Favorável. Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete - RGP. 7: Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito - RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental - OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Então, nós temos 25 votos favoráveis, 01 abstenção. APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR. Senhores Conselheiros, são 20h08min. A gente tinha que avançar na criação do grupo de trabalho. Só a título de esclarecimento, não há problema da gente criar o grupo de trabalho também para discutir as questões de regularização fundiária. Eu acho que vai ser muito salutar porque teremos a apresentação, enfim, do município, aí alguns pontos se complementam, não há com relação a isso. Nessa reunião como a gente

751

752753

754

755

756 757

758

759

760 761

762763

764

765 766

767

768

769 770

771

772773

774

775

776 777

778 779

780

781

782

783 784

785

786 787

788 789

790

791

792

793794

795

796

avançou, o que estava mais delimitado era a criação do grupo de trabalho para discutir o termo de compromisso, especificamente da Multiplan, para atender a demanda do Conselho da RGP 5, que trouxe essa problemática. A ideia era a gente dar suporte com a equipe e o representante da equipe da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. E talvez, eu iria propor, que o Conselheiro Vice-Presidente representante das entidades integrasse a comissão, o Conselheiro Hermes e o Conselheiro representante da região, naturalmente, o Conselheiro Paulo Jorge, e o Conselheiro representante das regiões de planejamento o Vice-Presidente Conselheiro Gomes, para a gente compor essa comissão. Se, porventura, houver alguma contrariedade à criação dessa comissão nesses termos, que me parece adequado. Então, a gente coloca em votação, não sei se alguém tem alguma sugestão para fazer a manifestação e a gente discutir esse tema. A proposta de composição, fica difícil a gente extrair os representantes e todos fazermos uma votação, mas assim, temos o vice-presidente das entidades, temos o vice-presidente das regiões de planejamento, temos o conselheiro da região de planejamento e temos a Secretaria do Meio Ambiente que vai poder ajudar. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Secretário, eu estou pedindo desde o Item 4.01 uma Questão de Ordem. O Secretário me cobrou do parecer que não havia sido enviado antecipadamente para a Secretaria. Eu até acho estrnho a gente antecipar o nosso voto. mas eu gostaria de lembrar o Secretário que a gente tem o Decreto 20.611, no seu artigo 6º, que diz assim: "Será disponibilizado acesso externo ao conselheiros, tanto para consulta, quanto para assinatura eletrônica". Estou esperando ainda meu o acesso de assinatura eletrônica direto no SEI. Segunda Questão de Ordem é com relação a esse ponto de pauta, Secretário, visto que são 20h11min, ele deve ficar para a sessão próxima, até porque o Secretário já está até deliberando quem é que deve compor ou não esse grupo de trabalho e o objeto. Isso não é discussão,né, Secretário? Obrigada. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. De fato, avançamos, podemos postergar para a próxima reunião, para a gente fazer essa discussão. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. Se tivermos conselheiros interessados em participar do grupo de trabalho, que façam a inscrição, que remetam para a Secretária Executiva. A nossa proposta é desses representantes da região, mas se tem alguma proposta diferente. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Secretário, não tenho nenhum óbice que sejam esses conselheiros, mas eu queria que agregasse outras contrapartidas, que não ficasse só nessa questão da Cruzeiro. A gente entende que é uma questão importante, mas tem a contrapartida também dos empreendimentos ali na Beira Rio, né. Então, é importante que a gente tenha um quadro geral e essa comissão, estamos bem apresentados, eu acho importante isso. E a outra Questão de Ordem, Secretário, as minhas perguntas ainda estão sem resposta. Então, eu queria pautar que um dos temas fosse a eleição para o Biênio 2021/2022. Obrigado, Secretário. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Felisberto. Já tentando esclarecer. Eu acho importante sim a gente começar a fazer a discussão em relação à eleição, montar a comissão eleitoral, conforme nas outras oportunidades que se teve. Eu acho interessante a gente propor. Não agora, no calor do processo eleitoral, mas a gente ir organizando para tão logo passado o processo eleitoral a gente possa, mais para o final do ano, ter o processo de eleição. Então, temos que organizar, vamos pôr sim na pauta. A

798

799

800 801

802

803

804 805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819 820

821

822

823

824

825 826

827

828

829

830

831

832

833

834 835

836

837

838

839

840

841

842843

gente teve dificuldade hoje de compartilhar um acesso externo, da Michele, da RGP 8. Ela estava na Salam nós tentamos liberar a sala, caiu a conexão, depois ela não conseguiu entrar. A gente pediu para ela ingressar em outro aparelho, o dela estava com algum problema, mas ela não tinha outro aparelho. Então, na próxima reunião a gente vai dar oportunidade, naturalmente, para ela fazer a fala no período de Comunicação, conforme prevê o nosso Regimento Interno, só hoje ela não conseguiu retornar à sala. Ela manifestou, inclusive, ali no YouTube, entendeu que tinha sido retirada, mas a gente não retirou ela da sala, houve algum probleminha aqui com relação ao sistema. Na próxima reunião vai ser garantida a fala dela. Com relação ao processo do Internacional, Conselheiro, o senhor falou no início da reunião. Está sendo pautado lá na Câmara de Vereadores a alteração legislativa com relação ao ponto lá do período de doação daquele terreno, em 1960 e poucos, há bastante tempo, quando houve essa doação. Então, para que se pudesse empreender ali teria que superar a questão, tirar a obrigatoriedade de ser área comercial para também se possibilitar área residencial. O processo veio a este Conselho, o Conselho apontou que havia a necessidade de alteração legislativa antes de deliberar. Foi nesse sentido que a Procuradoria naquela oportunidade, quando o processo foi remetido, disse que primeiro se faz a alteração legislativa e depois se coloca em discussão a aprovação ou não do expediente. Então, primeiro é feita a discussão pelos vereadores, se autorizam a instalação de um empreendimento residencial e depois será retomada a discussão do estudo de viabilidade urbanística do empreendimento. O Conselheiro Gomes, depois o Conselheiro Felisberto. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6: Presidente e conselheiros, a minha proposta é de passar a discussão desse item da comissão para a próxima reunião, para não deixar dúvida desses pontinhos que a gente tem que amarrar de interpretação de alguns conselheiros. Então, pelo adiantado da hora e a gente está um pouco cansado, pautar para a outra. É a minha sugestão. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Tudo bem. Obrigado, Conselheiro Gomes. Lembrando que uma questão, a gente sim quer criar o grupo de trabalho para discutir a questão das mitigações, a Conselheira Patrícia vem solicitando que os conselheiros façam inscrição a partir daquela agenda, aquela apresentação geral que a gente teve. Eu acho válido e superpositivo. A questão da Multiplan é um ponto pendente, que está tendo problema, não foi cumprido, como trouxeram alguns conselheiros. Então, tem esclarecimentos a serem feitos e talvez seja adequado extrair um grupo de conselheiros que represente os demais, que possam fazer uma reunião com a Procuradoria, que possam se apropriar um pouco mais desse processo e prestar os esclarecimentos para os demais. Foi nesse sentido que a gente propôs a criação desse grupo específico, mas não impede a criação desse outro para tratar das mitigações como um todo, isso é bem importante. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Eu fiz um registro hoje, teve a manifestação do Conselheiro Rafael Passos em participar também do grupo. Então, eu estava falando em paralelo com a Conselheira Patrícia e ela tinha sugerido que a gente já iniciasse uma agenda para começar a ter o trabalho desse grupo. Eu só figuei em dúvida agora, porque ela tinha sugerido na guinta-feira, talvez no horário do final da tarde e eu tenho uma recordação que talvez o Conselheiro Rafael nas quintasfeiras não participava, né. Eu não sei se ele conseque disponibilidade, mas depois a gente vai entrar em contato com os conselheiros para verificar se poderia ser, porque a gente pensou no horário após o horário de expediente, até para facilitar a nossa participação.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS: Secretário, eu pedi a palavra, até passou assim, mas eu queria primeiro esclarecer a quem está nos ouvindo e acompanhando pelo YouTube, que não existe possibilidade de interagir. Então, por isso tantos pedidos de Questão de Ordem. Mesmo solicitando Questão de Ordem não conseguimos ser atendido, apesar de ter um Secretário que acompanha a tela do computador, as Questões de Ordem são selecionadas. Então, fica claro para quem estiver nos ouvindo. A minha Questão de Ordem até ficou meio fora, mas eu vou colocar. Era exatamente isso, sobre o que foi decidido e encaminhado na reunião passada. Eu vou repetir, na reunião passada foi encaminhado que deveria estar na pauta a discussão da criação de duas comissões. A primeira a proposta do Arquiteto Gomes se referia aos termos da Cruzeiro. E que depois a comissão continuaria estudando, seria o primeiro passo, depois a comissão estudaria ou trataria de outros tempos. É lógico que isso, se for possível no tempo ainda desta gestão. E a segunda comissão, proposta do Paulo Jorge, para tratar de regularização fundiária. Eu perco tempo, é a quarta vez que eu falo isso como se não fosse uma decisão do colegiado. O segundo assunto que eu vou falar, que entrou, que vou aproveitar para falar na oportunidade, a questão do Internacional não se trata de exatamente de liberar a construção de habitação, a doação do Sport Club Internacional foi feita na época, e posteriormente foi modificado em algumas, questões permitindo apenas que atividades afins ao estádio, a lei está escrito "estádio de futebol"; ou seja, o barzinho, outra atividade. Então, só para completar, Secretário, alguém interpretou que dois conjuntos de cento e poucos andares, um comercial de cento e poucos metros, um comercial e um residencial são atividades afins para manutenção do clube, o que é um absurdo. Obrigado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -SMAMS: A gente vai ter oportunidade de discutir, senão fica desproporcional, senão um fala, o outro não vai compreender, nós não vamos compreender completamente. Naturalmente, depois que a câmera aprovar, se não aprovar não vai ter discussão do projeto. Com relação aos encaminhamentos, não houve votação em relação à comissão, não tem no histórico votação nominal, mas todos os conselheiros deliberaram no sentido de colocar. Naturalmente, não há nenhum problema da gente colocar em discussão a criação de quantos grupos de trabalhos foram necessários para dar conta de todas as questões. São 20h23min, realmente, vou encerrando a reunião. Questão de Ordem. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Secretário, quero apenas pedir que o parecer da PGM seja disponibilizado aos conselheiros, porque foi a RGP 1 que solicitou no seu pedido de vista e no mínimo deveria receber esse parecer e não ficar só no conhecimento da Secretaria. Segundo, eu gostaria de incluir na análise da contrapartida, porque existe uma escadaria entre o Iberê Camargo e o condomínio na Pinheiro Borda que está fechada e que até hoje não está liberada. É uma contrapartida, Secretário. Então, eu gostaria que pudesse vir a informação, estaria à relacionado com a EPTC. Então, eu pediria que a Conselheira Júlia pudesse ver o que está acontecendo. Obrigado, Secretário. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Felisberto. Então, 20h25min, encerramos a nossa reunião ordinária. Agradeço a oportunidade do debate, peço desculpas se cometo algum excesso, é na tentativa de a gente poder dar continuidade dos trabalhos. Obrigado.

(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857 858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870 871

872

873874

875

876

877 878

879

088

881

882 883

884

885

886

887

888

Germano Bremm	Secretária Executiva
Presidente	Relatora
Ata aprovada na sessão plenária	do dia//2020, retificações: